

A

JORNAL DA ANAMATRA

PL
4330/2004



Retrospectiva



Expediente

PRESIDENTE:

Paulo Luiz Schmidt
(Amatra 4/RS)

VICE-PRESIDENTE:

Germano Silveira de Siqueira
(Amatra 7/CE)

SECRETÁRIA-GERAL:

Noemia Aparecida Garcia Porto
(Amatra 10/DF e TO)

DIRETOR ADMINISTRATIVO:

Narbal Antônio de Mendonça Fileti
(Amatra 12/SC)

DIRETORA FINANCEIRA:

Raquel Fernandes Lage
(Amatra 3/MG)

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:

**Luciana Gonçalves de Oliveira
Pereira das Neves**
(Amatra 1/RJ)

DIRETOR DE PRERROGATIVAS

E ASSUNTOS JURÍDICOS:

Guilherme Guimarães Feliciano
(Amatra 15/Campinas e Região)

DIRETOR DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS:

Fabício Nicolau dos Santos Nogueira
(Amatra 9/PR)

DIRETOR DE FORMAÇÃO E CULTURA:

André Machado Cavalcanti
(Amatra 13/PB)

DIRETORA DE EVENTOS E CONVÊNIOS:

Ana Cláudia Scavuzzi Magno Baptista
(Amatra 5/BA)

DIRETOR DE INFORMÁTICA:

Platon Teixeira de Azevedo Neto
(Amatra 18/GO)

DIRETORA DE APOSENTADOS:

Maria Wilma de Macedo Gontijo
(Amatra 1/RJ)

DIRETORA DE CIDADANIA

E DIREITOS HUMANOS:

Silvana Abramo Margherito Ariano
(Amatra 2/SP)

CONSELHO FISCAL:

Adib Pereira Netto Salim (Amatra 17/ES),
André Luiz Machado (Amatra 6/PE),
Ivan José Tessaro (Amatra 23/MT);

SUPLENTE:

Vitor Leandro Yamada
(Amatra 14/RO e AC)

CORRESPONDÊNCIAS:

SHS Qd 06 BI E Conj A Salas 602/608
Brasília/DF CEP: 70316-000

NA INTERNET: www.anamatra.org.br

CONTATO: (61) 3322.0266 / 3321.7388
imprensa@anamatra.org.br

REDAÇÃO, EDIÇÃO E

JORNALISTAS RESPONSÁVEIS:

Fabício Cândido
Viviane Dias (22651/RJ)

MARKETING: **Adriana Zetula**

DIAGRAMAÇÃO:

Clarissa Teixeira e Eduardo Neiva Tavares

FOTOS DESTA EDIÇÃO:

**Arquivos Anamatra, Amatras, Câmara,
Senado, TST, CNJ, STF**



Carta ao Associado

Caros colegas,

Esta edição especial do Jornal Anamatra traz uma breve retrospectiva das principais atividades da nossa Associação durante o ano de 2013 noticiadas pelo nosso Jornal. Foi um ano de muito trabalho, no qual seguimos na luta pela efetivação dos direitos sociais, bem como na defesa dos direitos e prerrogativas da Magistratura.

No Congresso Nacional, foi um ano em que envidamos esforços pela preservação da vitaliciedade da Magistratura, pelo estabelecimento de uma política remuneratória, atuamos pela ampliação dos direitos dos trabalhadores domésticos, bem como contra a regulamentação da terceirização nos moldes propostos pelo Projeto de Lei (PL) nº 4.330/2004. Nesse último aspecto, vale o registro da intensa campanha que a Anamatra promoveu durante o ano, com divulgação nas redes sociais de vinhetas produzidas com os atores do Movimento Humanos Direitos no sentido de alertar à sociedade sobre as ameaças aos direitos sociais previstas no PL.

Outro destaque foi a atuação da Anamatra no processo eletrônico na Justiça do Trabalho (PJe-JT), com a elaboração de nota técnica e realização de evento em nossa sede com juízes de várias regiões do país sempre no sentido de sugerir evoluções ao sistema. Acreditamos que um debate democrático com a participação daqueles que operam o PJe-JT, bem como a liberação do código-fonte pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), apontam para um caminho melhor para o sistema, que realmente atenda o objetivo de promover uma maior celeridade à prestação jurisdicional.

O ano de 2013 também marcou a realização do 7º Congresso Internacional da Anamatra nos Estados Unidos, bem como os preparativos para o nosso Conamat. Em sua 17ª edição, o maior evento da Magistratura do Trabalho acontecerá em Gramado (RS), entre os dias 29 de abril e 2 de maio, com o tema "Judiciário e sociedade: um diálogo necessário". Entre as novidades está a integração do evento ao 4º Encontro Nacional dos Magistrados do Trabalho Aposentados, o que acreditamos que fomentará ainda mais a participação de expressivo número de colegas.

Também não poderíamos deixar de mencionar o crescimento do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC), iniciativa da Anamatra que já beneficiou cerca de 80 mil alunos e jovens trabalhadores em diversas regiões do Brasil. Em 2013, o TJC ganhou mais um material didático, a Cartilha do Trabalho Seguro e Saudável, publicação inclusive que rendeu para a Anamatra o Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, assim como o Jornal Anamatra, também premiado.

O ano de 2014 será de muito trabalho e contamos com o apoio de todos os associados para que a Anamatra mantenha-se na luta por uma Magistratura cada vez mais forte, digna e independente e para que o Direito e a Justiça do Trabalho saiam cada vez mais fortalecidos.

Que tenhamos todos um ótimo ano e que a leitura seja agradável.

Paulo Luiz Schmidt

Presidente da Anamatra

PROCESSO ELETRÔNICO

O processo eletrônico foi um dos destaques da atuação da Anamatra em 2013. Entre as ações estiveram a entrega de Nota Técnica sobre o processo eletrônico na Justiça do Trabalho (PJe-JT) à Presidência do TST, apresentando os problemas encontrados no sistema, sugestões de evolução, bem como pedindo a liberação do código-fonte. A Associação também participou de audiência pública sobre o tema na Câmara dos Deputados e de um Encontro de Advogados em Londrina (PR). Além disso, dirigentes associativos estiveram em visita às Varas do Trabalho no Rio de Janeiro, região onde foi registrado um verdadeiro “apagão tecnológico” no mês de outubro. No âmbito interno, a Anamatra promoveu, na sede da entidade, evento para discutir o tema com a presença de diversos diretores da Anamatra e juízes indicados pelas Amatras, cuja programação incluiu exercícios práticos, debates, exposição de experiências com o PJ-e em diversas regiões da Justiça do Trabalho e propostas de melhora.



Destaques

VITALICIEDADE



A defesa da vitaliciedade da carreira foi foco de intensa mobilização da Magistratura, que atuou pela rejeição das duas Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 53/2011 (Senado Federal) e 505/2010 (Câmara dos Deputados), que previam a exclusão da pena de aposentadoria compulsória para magistrados. A mobilização em Brasília reuniu dirigentes da Anamatra, das Amatras e dezenas de magistrados do Trabalho que atuaram no Congresso em audiências com parlamentares, bem como, em todo o Brasil, mantiveram contato com parlamentares dos estados. A Anamatra também elaborou notas técnicas e uma nota pública no sentido do não cabimento de aposentadoria em casos de crimes graves, mas preservando a aposentadoria compulsória de forma residual para as hipóteses em que o juiz, embora não tenha praticado delitos, tampouco tenha condições de continuar na carreira.



DENÚNCIA À CORTE INTERAMERICANA

Ainda na seara da política remuneratória a Anamatra deu início, no mês de fevereiro, a procedimento de denúncia do Brasil junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos, apontando a falta de uma política remuneratória consistente para os membros do Poder Judiciário brasileiro e as reiteradas violações das propostas orçamentárias do Poder Judiciário pelos Poderes Executivo e Legislativo. A deliberação pela denúncia foi feita pelo Conselho de Representantes da Anamatra.

No documento, os magistrados explicaram que tem havido omissão do governo brasileiro na recomposição anual das perdas inflacionárias nos subsídios da Magistratura, comprometendo, além de aspectos da vida pessoal, a viabilidade e mínima liberdade orçamentária do Poder Judiciário. Além disso, a Anamatra alegou que os juízes brasileiros já esgotaram as possibilidades de reversão deste quadro junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), sua Suprema Corte, por meio de mandados de injunção que não foram julgados.



Destaques

POLÍTICA REMUNERATÓRIA

A valorização da Magistratura e o estabelecimento de uma política remuneratória permanente e consistente estiveram entre as prioridades de atuação da Anamatra, em especial na seara legislativa. Nesse ponto, a entidade participou de audiência pública na Câmara dos Deputados com a presença da ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, além de acompanhar a tramitação do Projeto de Lei de reajuste do subsídio de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e dos Projetos de Lei relativos ao Orçamento de 2014. Ainda com o enfoque da valorização, a entidade acompanhou a tramitação das propostas legislativas que restabelecem o

Adicional por Tempo de Serviço (ATS), assunto que foi objetivo de diversas reuniões com parlamentares em suas bases na Bahia, Goiás, Mato Grosso e Paraná. As reuniões seguiram pauta de atuação delineada no final do mês de junho, quando presidentes de Tribunais e de Associações Nacionais e Estaduais da Magistratura reunidos no Tribunal de Justiça de São Paulo, divulgaram nota conjunta conclamando todos os magistrados do País – federais, trabalhistas, militares e estaduais – a assumirem diálogo permanente com a sociedade civil e as demais instituições, para o resgate da dignidade da Magistratura nacional.



Destaques



Destaques

PL
4330/2004

TERCEIRIZAÇÃO

A atuação da Anamatra pela rejeição do Projeto de Lei nº 4.330/2004, que regulamenta a terceirização no Brasil, foi destaque durante o ano de 2013. Nesse sentido, a Anamatra participou de diversos eventos, atuou no Parlamento e promoveu iniciativas sobre o tema. Entre as ações estiveram participações em debates na Câmara e no Senado, a exemplo da Comissão Geral da Câmara. A entidade também esteve presente em diversas audiências públicas, divulgou carta aberta aos parlamentares e participou de eventos sobre o tema nas Assembleias Legislativas de São Paulo e Paraná e na Câmara Municipal de Natal (RN).





O ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Maurício Godinho também compareceu à reunião do Conselho de Representantes da Anamatra para debater o assunto com os magistrados, ocasião na qual manifestou sua preocupação com a proposta. Outra iniciativa foi a união do Movimento Humanos Direitos (MHUD) à Anamatra na luta contra a regulamentação da terceirização. Diversos atores que participam do Movimento gravaram vinhetas contra a proposta, que foram veiculadas no canal da TV Anamatra no Youtube (www.youtube.com/tvanamatra).

Destaques

ELEIÇÕES DIRETAS NOS TRIBUNAIS



O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, com jurisdição no estado do Rio Grande do Sul, decidiu, atendendo a requerimento da Amatra 4 (RS), que os juízes de 1º grau serão previamente consultados quanto aos candidatos a presidente e vice-presidente da Instituição, como também para diretor e vice-diretor da Escola Judicial. A Anamatra acompanhou a sessão e é históri-

ca defensora de um modelo teórico constitucional de independência da Magistratura, jurisdicional e funcional, sempre atuando no sentido de que a escolha dos dirigentes dos tribunais recaísse sobre os seus pares. As Amatras 5 (BA), 13 (PB) e 19 (AL) também promoveram iniciativas para a democratização da escolha dos órgãos diretivos dos Tribunais, apoiadas pela Anamatra.



TRABALHADORES DOMÉSTICOS



A proposta legislativa que originou a Emenda Constitucional nº 72, relativa aos direitos dos trabalhadores domésticos, foi objeto de intensa atuação da Anamatra durante o ano no Congresso Nacional, em audiências e debates com parlamentares. Nesse sentido, a entidade foi convidada a dar sugestões à Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e regulamentar dispositivos da Constituição ainda carentes de normatização que discutiu, entre outros temas, os direitos dos trabalhadores domésticos. No âmbito dessa comissão, no sentido de preservar os direitos dos trabalhadores domésticos, a Anamatra apresentou duas notas técnicas

sobre o então anteprojeto de regulamentação. Diversas sugestões da Anamatra foram incorporadas pelos parlamentares da Comissão, a exemplo da regra proibitiva explícita com relação ao trabalho doméstico para menores de 18 anos, do adicional da hora extra de no mínimo 50%, da jornada noturna computada à base de 52min30seg, da ilicitude da contratação de trabalhador doméstico na modalidade de autônomo ou microempresa, e da manutenção da indenização de 40% do FGTS em caso de despedida arbitrária ou sem justa causa, sem quebra da isonomia com os trabalhadores urbanos e rurais.

Destaques

CONFERÊNCIA GLOBAL SOBRE O TRABALHO INFANTIL

Dirigentes da Anamatra, das Amatras e juízes do Trabalho acompanharam a III Conferência Global Sobre o Trabalho Infantil, que aconteceu em Brasília no mês de outubro. O evento reuniu delegações de mais de 140 países, entre representantes de governos, dos trabalhadores, dos empregadores e sociedade civil de âmbito nacional e internacional para discutir medidas para a erradicação do trabalho infantil. Pela primeira vez a Conferência abriu espaço para a discussão de temas relacionados ao Poder Judiciário, sob a denominação de sistemas judiciais. Nesse sentido, a Anamatra participou da moderação da plataforma virtual preparatória, cujas conclusões foram encaminhadas à Conferência e aos debates da sala de legislação nacional e sistemas judiciais.

Durante o evento, os representantes da Anamatra participaram de diversos debates e divulgaram uma Declaração-Compromisso, juntamente com diversos outros participantes. Entre outros pontos, a declaração ressalta que a Justiça do Trabalho ocupa lugar de destaque no sistema de justiça do País e que detém competência para o exame de toda e qualquer causa que envolva o trabalho infantil, inclusive as autorizações para trabalho e as ações para reparação de dano individual ou coletivo pela exploração da criança e do adolescente.



JUIZ DO TRABALHO: SEMPRE AO SEU LADO



Onde houver um trabalhador e um empregador, o Juiz do Trabalho estará presente, com o compromisso de concretizar os direitos sociais de todos. O mote da campanha “Juiz do Trabalho: sempre ao seu lado”, lançada em 2012, teve continuidade durante o ano de 2013 com ações em Brasília (DF), Caruaru (PE) e Niterói (RJ). Durante as ações, juízes tiraram dúvidas da comunidade a respeito da legislação trabalhista e distribuíram exemplares da Cartilha do Trabalhador em Quadrinhos, entre outras publicações. A campanha utilizou para a divulgação mídias em ônibus, elevadores, ruas (outdoors), além do hotsite www.sempreaoseudado.com.br, onde foram disponibilizados informações sobre a iniciativa e vídeos com dúvidas sobre Direito do Trabalho.



Destaques

POSSE DA NOVA DIRETORIA



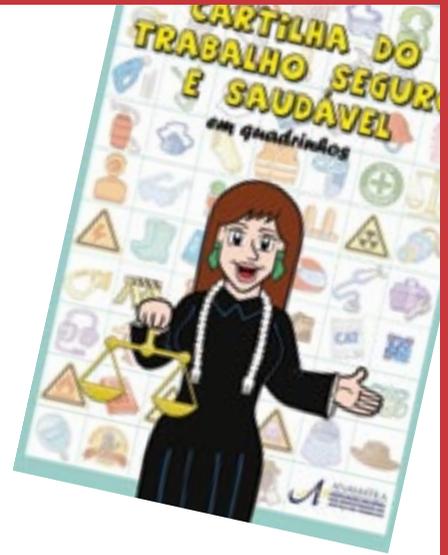
A nova diretoria da Anamatra para o biênio 2013/2015 tomou posse no dia 22 de maio em Brasília (DF). O juiz Renato Henry Sant'Anna passou a presidência da entidade para o juiz Paulo Luiz Schmidt. Em seu discurso de posse, entre outros pontos, o novo presidente lembrou a participação dos juízes do Trabalho e da Anamatra em momentos históricos, a exemplo das lutas intensas pela extinção da representação classista e contra o nepotismo. Também afirmou que a Magistratura precisa melhorar o diálogo social e criar pontos de contato com as demandas mais legítimas da sociedade.

A desembargadora Maria Helena Mallmann, presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e ex-presidente da Anamatra, prestigiou a solenidade e, em seu discurso, afirmou que a posse de Paulo Schmidt, representava uma nova perspectiva. Diversas outras autoridades estiveram presentes ao evento, entre elas o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Carlos Alberto Reis de Paula, o vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), João Augusto Nardes, além de parlamentares, dirigentes de entidades, entre outras.



CARTILHA DO TRABALHO SEGURO E SAUDÁVEL

A Anamatra lançou na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal a Cartilha do Trabalho Seguro e Saudável. O lançamento ocorreu em audiência pública, solicitada pelo senador Paim, para discutir o trabalho seguro e saudável e reuniu diversos magistrados do Trabalho, representantes dos três poderes, de entidades e da sociedade civil. Estudantes do Centro Educacional São Francisco, da região administrativa de São Sebastião, participantes do Programa Trabalho Justiça e Cidadania (TJC) da Anamatra também estiveram presentes. A publicação teve uma tiragem inicial de 70 mil exemplares e integra o material didático do Programa, iniciativa da Anamatra lançada em 2005 com o objetivo de aproximar o Poder Judiciário da sociedade e de difundir o conhecimento de direitos e deveres (leia mais sobre o TJC em "Direitos Humanos"). A publicação venceu o Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça (leia mais em "Comunicação").



7º CONGRESSO INTERNACIONAL DA ANAMATRA



A Anamatra realizou, dos dias 1º a 5 de abril, a 7ª edição do Congresso Internacional - *As relações de trabalho nos Estados Unidos da América: direito comparado e solução de conflitos*. O evento ocorreu em Washington-DC, nas dependências da American University Washington College of Law (WCL). Participaram do encontro 113 magistrados do Trabalho de todo o país e de todas as instâncias, além de 29 acompanhantes. A intensa programação científica foi idealizada em parceria com a International Judicial Academy (IJA) e priorizou a comparação entre os sistemas legais e processuais dos Estados Unidos da América e do Brasil no que tange à solução de conflitos advindos das relações de trabalho. Além de diversas palestras, a programação do evento trouxe visitas a lugares como o Centro Judiciário Federal, o Escritório Administrativo dos Tribunais Federais dos EUA, o Tribunal Federal do Distrito de Columbia e a Corte Federal de Maryland.



Destaques

JOGOS NACIONAIS DA ANAMATRA EM CAMPINAS

A nona edição dos Jogos da Anamatra, realizados em Campinas (SP) entre 30 de outubro e 2 de novembro, reuniu cerca de 400 participantes, entre juizes do Trabalho e seus familiares. O grande clima de confraternização e espírito esportivo dominou os jogos entre os juí-

zes, nas nove modalidades disputadas: tênis de quadra, futebol society, corrida rústica, natação, tênis de mesa, vôlei de praia, dominó, biribol e xadrez. As competições tiveram como palco as instalações do Royal Palm Resort, a Sociedade Hípica de Campinas e a Vila Militar.





Campinas-SP

JOGOS NACIONAIS DA ANAMATRA 2013

ACORDO COLETIVO



A Anamatra participou na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados de audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 4193/2012. A proposta altera a CLT permitindo que as convenções e acordos coletivos prevaleçam sobre a legislação. Na ocasião, a entidade manifestou posição contrária ao projeto, por entender que a Constituição Federal é clara quando afirma que os direitos dos trabalhadores devem visar à melhoria de sua condição social.

APOSENTADORIA INTEGRAL



A entidade também atuou pela aprovação das Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 26/2011 (Senado Federal) e 555/06 (Câmara), que estabelecem a volta das aposentadorias dos membros da Magistratura e do Ministério Público aos padrões fixados no texto da Constituição de 1988, quando os valores eram pagos integralmente. Para a entidade, a aprovação das PECs vai ao encontro de contribuir para o respeito ao direito adquirido, bem como ao princípio da irredutibilidade de vencimentos. Na Câmara, a Associação participou de encontro promovido pelo Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas do Serviço Público (Mosap) para discutir o tema. Além disso, participou de diversos debates no âmbito da Comissão Especial que discutiu a proposta.

A Anamatra tem o restabelecimento da aposentadoria integral de magistrados entre suas bandeiras prioritárias. A entidade é autora de duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF) ajuizadas em 2004 (as ações foram apensadas). Na ADI 3363, a Associação pede a exclusão da Magistratura da Reforma da Previdência iniciada pela Emenda Constitucional nº 20/98 e continuada pela Emenda Constitucional nº 41/03. Já na ADI 3308, a entidade pede a declaração de inconstitucionalidade de toda a Emenda 20.

TRABALHO INFANTIL



A Anamatra participou na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a apurar a exploração do Trabalho Infantil no Brasil (CPI do Trabalho Infantil) de audiência pública sobre o tema. Na ocasião, a Anamatra defendeu uma alteração legislativa que confira à Justiça do Trabalho a competência para o exame e decisão de pedidos de autorização do trabalho artístico infantil.



Durante o ano, a Associação também participou de diversas reuniões da CPI, cuja instalação também foi prestigiada por dirigentes da Anamatra.

CORRUPÇÃO

O combate à corrupção também esteve entre os destaques de 2013. Nesse sentido, a entidade participou na Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados de audiência pública para debater Sugestão nº 52/12. De autoria da Anamatra, a proposta institui o sistema eletrônico de licitação com resguardo do sigilo na fase de habilitação do processo licitatório, determina processamento prioritário de processos que tratem de crimes cometidos por agentes públicos e altera a Lei que trata do crime de lavagem de dinheiro.

A iniciativa da Anamatra com a proposta faz parte da campanha "Anamatra contra a corrupção", lançada em agosto de 2012 na Câmara, ocasião em que foram apresentadas à Câmara duas sugestões de projetos dobrando as penas mínimas de crimes relacionados à corrupção e alterando as leis que tratam do Sistema Tributário Nacional e do Sigilo das Operações Financeiras.



Legislativo

TRABALHO ESCRAVO

Celeridade na aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 57-A/99, a PEC do Trabalho escravo, foi o foco da atuação da entidade sobre o tema no Senado Federal. Discussões tomadas no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça estabeleceram que a aprovação da proposta aguardaria a definição de uma lei que definisse o trabalho escravo e estabelecesse um processo judicial próprio para a expropriação. Mas, na visão da Anamatra, que atuou pela aprovação da PEC, o acordo não pode ser utilizado para votação da proposta.

A erradicação do trabalho escravo é uma das bandeiras da Anamatra, que acompanha a tramitação da PEC, desde que foi apresentada originalmente ao Senado em 1999. A Anamatra também integra a Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, a Conatrae.



LIMITE DE RECURSOS PARA TST

Tramita no Senado Federal o Projeto de Lei da Câmara nº 63/2013, que dispõe sobre o processamento de recursos no âmbito da Justiça do Trabalho. Durante o ano, a entidade manifestou-se favorável à proposta, de autoria do próprio TST, que, na prática, altera dispositivos legais para restringir a recorribilidade de decisões na Justiça do Trabalho quando houver tese jurídica consolidada. Para a entidade, o projeto é importante e vai conferir mais agilidade à prestação jurisdicional.

ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA



A Anamatra defendeu na Câmara dos Deputados a aprovação do Projeto de Lei Nº 6.171/13, que modifica a Lei de Desindexação da Economia (Lei 8.177/91), para alterar as regras de atualização monetária dos débitos trabalhistas. Pela proposta, a atualização deve ocorrer de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). A defesa da aprovação do projeto ocorreu na audiência pública realizada pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), que também examinou o teor do Projeto de Lei Nº 5.044/13, que disciplina os juros de mora e a atualização monetária sobre os débitos judiciais.

DEPÓSITOS JUDICIAIS



A Anamatra reuniu-se com o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Carlos Alberto Reis de Paula, para discutir o Projeto de Lei (PL) nº 2432 de 2011 (depósitos judiciais) em tramitação na Câmara dos Deputados. O assunto foi objeto de ofício da Anamatra dirigido aos presidentes do TST e dos Tribunais Regionais do Trabalho. Para a Anamatra, o projeto é preocupante, pois reduz profundamente a atual destinação desses recursos, com graves prejuízos aos órgãos do Poder Judiciário. O tema também foi objeto de audiências com parlamentares.



TETO CONSTITUCIONAL

A Anamatra manifestou-se favoravelmente ao relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR) sobre proposta que define o que são efetivamente parcelas indenizatórias e que, por esse motivo, não devem ser computadas no limite da remuneração de servidores e outros agentes públicos da Federação. Para Anamatra, em uma análise preliminar, o relatório apresentado é positivo.

RESTRIÇÃO À ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A Anamatra e a Ajufe divulgaram nota pública contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 37/2011, que tem a finalidade de impedir o Ministério Público de exercer qualquer atividade de apuração de infrações penais, atribuindo essa função privativamente às polícias federais e civis dos estados e do Distrito Federal. Para as entidades,

“retirar do Ministério Público o poder de investigar ou complementar investigações da polícia, quando isso se mostrar necessário – especialmente nos crimes cometidos por autoridades, pela criminalidade organizada, relativos ao trabalho escravo ou infantil ou por integrantes da própria polícia –, enfraquece o Estado de Direito e a segurança pública.”

COMPETÊNCIA PENAL



A Anamatra discutiu a competência penal da Justiça do Trabalho em audiências com parlamentares, nos termos da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 327/2009, em tramitação na Câmara, que transfere para a Justiça Especial a competência penal em relação aos crimes relacionados ao trabalho. A Anamatra entregou notas técnicas aos parlamentares e apresentou os principais argumentos favoráveis à aprovação da PEC, entre eles o fato de a Justiça Federal e o Ministério Público Federal não terem familiaridade com ações relativas à defesa dos direitos sociais e trabalhistas.

APOSENTADORIA COMPULSÓRIA

A Anamatra atuou no Congresso contra a elevação da idade da aposentadoria compulsória no serviço público de 70 para 75 anos, conforme preveem propostas legislativas na Câmara e no Senado (PECs 457/2005 e 6/2008). Nesse sentido, a entidade esteve presente em audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. Em parceria com a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Associação dos Juízes Federais do

Brasil (Ajufe), também divulgou nota pública sobre o tema.

A Anamatra tem posição histórica a elevação da idade da aposentadoria compulsória por entender que a mudança implica prejuízos ao interesse público e à carreira da Magistratura, a exemplo da tendência à estagnação da jurisprudência e do engessamento da carreira, em virtude da longa permanência dos membros nos órgãos do Poder Judiciário.





70 ANOS DA CLT

A Anamatra participou de sessões solenes na Câmara e no Senado em comemoração aos 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Nas duas ocasiões, a entidade alertou para as tentativas de reforma da legislação trabalhista em curso no Congresso Nacional, que prejudicam as garantias sociais, a exemplo da regulamentação da terceirização, que tem como pano de fundo o fenômeno da flexibilização das leis trabalhistas.



AGENDA-POLÍTICO-INSTITUCIONAL DA ANAMATRA



A Anamatra lançou, na Câmara dos Deputados, a sétima edição de sua Agenda Político-Institucional. A publicação foi desenvolvida como um instrumento de informação destinado às entidades participativas do debate público, reunindo um panorama das ações desenvolvidas pela Associação e demonstrando o pensamento e posição política da Anamatra a respeito dos temas destacados por todas as esferas do Governo e, em especial, no que tange o Judiciário brasileiro. A solenidade foi marcada por discursos parlamentares que veem na Agenda-Política um instrumento de trabalho importante para o debate de temas caros à sociedade brasileira.

Legislativo

ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO

A Anamatra e dirigentes da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) reuniram-se com o presidente do Senado Federal, senador Renan Calheiros (PMDB-AI), para discutir com o parlamentar a necessidade da promulgação da Emenda Constitucional que cria mais quatro Tribunais Federais no Brasil. A entidade manifestou-se no sentido de que a medida vai, por se tratar da ampliação da estrutura do Poder Judiciário em si, ao encontro da previsão constitucional do acesso à justiça.



MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM



A Anamatra participou de audiência pública promovida pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados para discutir Projeto de Lei 4891/05, que regula o exercício das profissões de árbitro e mediador e dá outras providências. Na ocasião, a entidade defendeu posição histórica, firme de que as questões relacionadas aos conflitos individuais de trabalho não podem e não devem ser submetidas à mediação e à arbitragem e que os direitos trabalhistas tem natureza alimentar e, portanto, indisponíveis, não se prestando ao arbítrio de um terceiro a solução de conflito que decorre de inadimplemento de obrigação decorrente de uma relação trabalhista.

TRABALHO ARTÍSTICO DE MENORES

Ainda no sentido da ampliação da competência da Justiça do Trabalho, a Anamatra participou de audiência pública, realizada na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, para discutir a proposta que regulamenta o trabalho artístico para menores de 18 anos (PL 3974/12). O texto atribui à Justiça do Trabalho a competência de autorizar essa atividade. Atualmente, a autorização é dada pelo Juiz da Infância e do Adolescente. A Anamatra defendeu que a mudança é importante para que a mesma se adeque à Constituição Federal, que prevê, desde a Emenda Constitucional nº 45, que a Justiça do Trabalho é a competente para julgar as relações de trabalho, não apenas de emprego.



SUBMISSÃO DE DECISÕES DO STF AO CONGRESSO

A Anamatra, em conjunto com a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), divulgou nota pública manifestando a preocupação da Magistratura com a aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 33/2011. A proposta prevê que o Congresso Nacional referende as súmulas vinculantes, decisões de ações diretas de inconstitucionalidade

de (ADI) e de ações declaratórias de constitucionalidade (ADC) emitidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A PEC dificulta, ainda, que os tribunais façam o controle de constitucionalidade das leis.

Para a Anamatra, a proposta é claramente inconstitucional, pois prevê a sobreposição de um Poder a outro, ferindo a harmonia e a independência entre os Poderes da República, cláusula pétrea da Constituição Federal.

AÇÕES REGRESSIVAS ACIDENTÁRIAS

A entidade atuou em favor do Projeto de Lei do Senado (PLS) 308/2012, que atribui à Justiça do Trabalho competência para julgar ações regressivas do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). A Anamatra também entende que a Justiça do Trabalho é competente para apreciar essa matéria, assim como já acontece com as ações indenizatórias por acidente do trabalho.



Judiciário

QUARENTENA

A Anamatra ingressou, no Supremo Tribunal Federal (STF) com Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 310), com pedido de liminar, contra ato do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que estendeu a todo o escritório do magistrado aposentado ou exonerado a quarentena prevista pela Constituição Federal (art. 95). A norma prevê que o magistrado, que retorne à advocacia, não atue no tribunal ou jurisdição em que julgava por um período de três anos. A ação também foi assinada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe).

PRAZO NOMEAÇÃO



O prazo para nomeação e escolha de magistrados pela Presidência da República também foi objeto de ADPF da Anamatra no Supremo, com pedido de liminar. A entidade requereu que a Presidência da República obedeça ao prazo de 20 dias, previsto na Constituição Federal (art. 94), para escolha e nomeação de magistrados a partir de listas tríplexes (promoção por merecimento) e indicações (promoção por antiguidade), sob pena de, não o fazendo, ser atribuída ao respectivo Tribunal a competência para realizar o provimento da vaga não preenchida. A AMB e a Ajufe também foram signatárias.

7º ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO



Assim como nas edições anteriores, a Anamatra esteve presente ao 7º Encontro Nacional do Judiciário, realizado nos dias 18 e 19 de novembro em Belém (PA). No evento foram definidas as seis metas nacionais que devem ser seguidas pelo Judiciário em 2014. A entidade teve voz no evento e manifestou preocupação com metas em percentuais absolutos (100%), que sempre preordenam desgastes por dificuldades pontuais.

PRÊMIO INNOVARE



A Anamatra esteve presente nos eventos que marcaram a décima edição do Prêmio Innovare, que este ano teve a Anamatra como uma das entidades realizadoras. O prêmio anualmente elege e consagra práticas e soluções criativas que contribuem para o aprimoramento e a modernização do sistema judiciário brasileiro. Em diversas ocasiões, a Anamatra esteve presente às reuniões da Comissão Julgadora e do Conselho Superior do Prêmio Innovare, integrado pela Anamatra a convite do ministro Carlos Ayres Britto.



APOSENTADORIA ESPECIAL PARA SERVIDOR DEFICIENTE

O STF, em decisão monocrática proferida pelo ministro Luiz Fux, reconheceu que os servidores públicos deficientes também têm direito à aposentadoria especial, tal qual os segurados do Regime Geral da Previdência Social. A decisão deu-se em sede de agravo regimental da União, nos autos do Mandado de Injunção n. 4.153, impetrado por um juiz do Trabalho de Mato Grosso do Sul, com a advocacia da Anamatra.



SEMINÁRIO NACIONAL DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DO TRABALHO



Dirigentes da Anamatra, das Amatras e diversos juízes do Trabalho estiveram em Brasília para o Seminário Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho, evento promovido pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) em setembro, no Plenário do Tribunal. A iniciativa aconteceu no âmbito do Programa Trabalho Seguro, do TST, que tem a Anamatra e as Amatras como entidades parceiras.

VOTO SECRETO

Proibir o voto secreto no Parlamento, Tribunais, Conselhos da Magistratura, de Fiscalização Profissional e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Esse é o objetivo da Proposta de Súmula Vinculante (PSV 72) encaminhada ao STF pela Anamatra em 2012 após o julgamento da ADI 4638 (competência investigatória concorrente do Conselho Nacional de Justiça - CNJ). Em 2013, a entidade reencaminhou a sugestão, após a determinação de emenda à peça inicial feita pelo presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa. Para a Anamatra, a proposição guarda pertinência com os objetivos institucionais e estatutários da entidade ao prever, entre outros pontos, a atuação pela “preservação da moralidade pública” e dos “princípios democráticos”. “A Anamatra, no passado, já atuou pioneira e fortemente contra o nepotismo nos tribunais.

MENSALÃO

Em nota pública, a Anamatra, a AMB e a Ajufe comentaram fatos ocorridos em sessão do STF, durante o julgamento dos embargos declaratórios na Ação Penal nº 470 (mensalão). Na nota, as entidades lembraram que a Lei Orgânica da Magistratura e o Código de Ética da Magistratura estabelecem entre os deveres dos magistrados a urbanidade e a cortesia para com colegas. As associações também ressaltaram que os magistrados precisam ter independência para decidir e não podem ser criticados, na mesma Corte, por quem divirja dos fundamentos da sua decisão, do seu voto.

A Anamatra esteve presente na apresentação do segundo relatório “Supremo em Números”, desenvolvido pela Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas (FGV Direito Rio). O lançamento aconteceu no STF. A pesquisa completa pode ser acessada no site: www.supremoemnumeros.com.br.

JUSTIÇA EM NÚMEROS

EM RESPOSTA AO PRESIDENTE DO STF



Declarações do presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, foram objeto de respostas da entidade, que divulgou nota pública, nota de esclarecimento e concedeu entrevistas à imprensa. Em entrevista, o ministro afirmou que as entidades de classe da Magistratura brasileira fazem “politicagem” ao levar ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) consulta sobre um juiz poder ou não ser gerente de titular de empresa com fins lucrativos. Os membros da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) também divulgaram nota de solidariedade aos magistrados sobre o episódio.

A Anamatra defendeu nas respostas que o CNJ tem competência para o controle do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, o que inclui a obser-

vância da Lei Orgânica da Magistratura (Loman) e a sua interpretação administrativa. A entidade também ressaltou que defende o combate à corrupção, atua politicamente de acordo com suas obrigações estatutárias e acredita que a honestidade e correção são deveres de todo e qualquer cidadão brasileiro, não devendo ser traços distintivos para autoelogio, nem garantia de privilégios.

O clima que permeou audiência de dirigentes da Anamatra e de outras entidades com o ministro Joaquim Barbosa também mereceu nota pública das associações. Na audiência, os dirigentes associativos entregaram ao ministro documento em que se propugna pela valorização da Magistratura e fortalecimento do Estado de Direito, mas foram recebidos de forma ríspida pelo magistrado.

Judiciário

AUDIÊNCIAS NO STF



Assuntos de interesse da Magistratura, a exemplo da preocupação da entidade com a necessidade do encaminhamento de projeto de lei sobre a recomposição dos subsídios dos ministros do STF, foram objeto de diversas audiências da Anamatra com ministros do STF durante o ano. Durante as reuniões também foram tratados assuntos como a necessidade do restabelecimento do Adicional por Tempo de Serviço (ATS), bem como a defesa da vitaliciedade da Magistratura.

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO



Dirigentes da Anamatra estiveram com o corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Ives Gandra Filho. No encontro, os juízes discutiram assuntos de interesse da Magistratura, como a elevada carga de trabalho e a falta de estrutura nas varas de todo o País. De acordo com os dirigentes, os juízes trabalham no limite de suas possibilidades e em situações com estrutura de trabalho inadequada, especialmente no que se refere ao apoio de servidores nas varas.

3º PACTO REPUBLICANO



A Anamatra enviou ao ministro Joaquim Barbosa, presidente STF, sugestões ao texto do 3º Pacto por um Sistema de Justiça mais Célere, Transparente e Democrático. O Pacto consiste em um pacote de ações que visa dar mais celeridade, acesso e efetividade à Justiça. A entidade recebeu a minuta do texto do secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Fábio Cesar de Oliveira, em reunião realizada com a presença de outras associações. A minuta ficou disponível no Espaço do Associado para o recebimento de sugestões.

Entre os pontos levantados pela Anamatra no documento enviado ao STF estão o combate à corrupção penal e à improbidade administrativa, a efetivação do direito à razoável duração do processo e a democratização do acesso à justiça e fortalecimento das instituições do sistema de justiça.

FUNPRESP

Dirigentes da Anamatra e outras entidades reuniram-se com o ministro do STF Marco Aurélio de Mello para tratar da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) nº 4885, ajuizada pela Anamatra e pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). A Adin, de relatoria do ministro, questiona a Lei 12.618/2012 que, entre outros pontos, instituiu o Fundo de Previdência Complementar para os Servidores Públicos Federais (Funpresp). Na Adi, as entidades ressaltam que seria necessária lei complementar prevista anteriormente para o fim da instituição da previdência complementar e que, ainda que autorizada, a lei deveria ser de iniciativa do Poder Executivo e sem alcançar a Magistratura, pois é de competência do STF a iniciativa que disporá sobre a previdência dos magistrados.



CNDT

A Justiça do Trabalho emitiu 15 milhões de Certidões Negativas de Débitos Trabalhistas (CNDT) e 440 mil devedores procuraram a Justiça para quitar seus débitos e, assim, poder obter o documento. São mais de um milhão de certidões por mês e mais de 30 mil por dia. Os números são do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e mostram os resultados do

documento que completou um ano de existência em 2013. O texto da Lei 12.440/2011 é resultado de anteprojeto de autoria da Anamatra apresentado ao Senado Federal ainda em 2002. A aprovação final da proposta legislativa contou com decisiva participação do TST, na gestão do então presidente ministro João Oreste Dalazen.

POSSES DE AUTORIDADES

Durante o ano de 2013 dirigentes da Anamatra prestigiaram a posse de diversas autoridades. Entre os eventos estiveram a posse do juiz Cláudio Brandão no TST e dos magistrados Flávio Portinho Sirângelo (4ª Região) e Rubens Curado Silveira (10ª Região) no Conselho Nacional de Justiça.



CNJ e CSJT

Durante o ano de 2013 a Anamatra acompanhou diversas sessões no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e no Conselho Superior da Justiça do Trabalho, este último onde tem assento e voz. Os dois órgãos foram objeto de diversas ações de autoria da entidade em prol da Magistratura e da Justiça do Trabalho. Os principais destaques do ano, noticiados pelo Jornal Anamatra, serão apresentados a seguir.

PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA APOSENTADORIA



O CSJT aprovou, por unanimidade, a edição de resolução para regulamentar e criar o Programa de Preparação da Aposentadoria (PPA) para magistrados e servidores no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus. A decisão do Conselho atendeu pedido de

providências formulado pela Anamatra na última gestão. O PPA foi tema de uma das teses aprovadas no 16º Conamat, com preocupação direcionada especificamente à saúde dos magistrados. A Anamatra participou da sessão.

PROMOÇÃO POR MERECEIMENTO



A Anamatra participou de diversas reuniões do grupo de trabalho instituído pelo CNJ com objetivo de discutir o aperfeiçoamento da Resolução nº 106 do Conselho, que dispõe sobre os critérios objetivos para aferição de merecimento para promoção de juízes e acesso aos tribunais de 2º grau. No final do ano, a entidade apresentou relatório com sugestões de alteração à Resolução.

CENSO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

A Anamatra apoiou e divulgou a realização do “Censo Nacional do Poder Judiciário”, de iniciativa do CNJ com o objetivo de conhecer o perfil socio-econômico e funcional dos servidores e magistrados para, a partir das informações, fundamentar políticas na área de recursos humanos. A entidade esteve presente ao lançamento, que teve a coordenação da conselheira Cristina Peduzzi.



PRIORIZAÇÃO DO 1º GRAU DE JURISDIÇÃO

O CNJ instituiu grupo de trabalho para elaborar estudos e formular propostas para implementação de política nacional voltada à priorização do 1º grau de jurisdição dos tribunais brasileiros. A entidade manifestou-se no sentido de que a iniciativa é positiva, em especial para que possam ser discutidos os problemas estruturais do primeiro grau de jurisdição. De acordo com o relatório Justiça em Números 2011, elaborado pelo CNJ, na Justiça do Trabalho tramitaram aproximadamente 6,9 milhões de processos em 2011, 5% a mais do que no ano anterior, sendo que o número de novos casos cresceu 10%. Desse volume processual, 47% encontravam-se pendentes.

A entidade protocolizou no CNJ Procedimento de Controle Administrativo (PCA) com o objetivo de revisar entendimento anteriormente fixado pelo Conselho, por meio de consulta, e com isso fazer valer o entendimento de que a ajuda de custo para remoções – como prevista na Lei Orgânica da Magistratura (Loman) – possa ser concedida a cada 12 meses, sem prejuízo da análise de situações excepcionais. Para a entidade, ao impedir o pagamento de ajuda de custo para remoções dentro de 24 meses, o CNJ estaria impedindo as próprias remoções.

REMOÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 63



Foi protocolado no CSJT pedido de providências visando à alteração parcial da Resolução nº 63/2010, que instituiu a padronização da estrutura organizacional de primeiro e segundo grau na Justiça do Trabalho. Entre as preocupações da Anamatra no pedido estão a padronização da estrutura mínima para todos os TRTs; a adequação do quadro funcional à atividade-fim, em especial aqueles servidores que a instalação progressiva do PJ-e vier a liberar para remanejamentos; o afastamento da discricionariedade que a atual redação reservou às corregedorias regionais para a fixação de juízes em Varas com maior movimentação processual, restringindo as garantias do texto original; e a concessão a todos os juízes substitutos de um assistente por ele indicado. A Anamatra também pediu que o CSJT criasse uma comissão de estudo dos impactos do processo judicial eletrônico nas rotinas de trabalho e na saúde física e psíquica dos magistrados, sem prejuízo da pronta implementação do marco regulatório em vigor como patamar estrutural mínimo para os TRTs.

SAÚDE DOS MAGISTRADOS

A Anamatra protocolou no CSJT pedido de providências no sentido de que o órgão promova estudos e tome providências concretas para que os magistrados do Trabalho de todos os tribunais possam usufruir de uma assistência isonômica em termos de qualidade e custo. O objetivo do pedido foi proporcionar aos servidores e magistrados ativos e aposentados assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica, com vistas à viabilidade e conveniência de norma comum para regras que se apliquem a todos os órgãos e modalidades de assistência, desde que mais benéficas que as atualmente existentes nas unidades submetidas ao controle administrativo.

ELEIÇÕES CNJ

Assim como em anos anteriores, a Anamatra realizou consulta a sua base de associados para composição das listas tríplices para os representantes da Justiça do Trabalho de 1º e 2º grau do CNJ. O documento foi entregue ao presidente do TST, ministro Carlos Alberto Reis de Paula. Para a Anamatra, a consulta à base é importante para validar e incentivar a participação democrática dos magistrados do Trabalho quando da escolha de seus representantes no CNJ.



CONCURSO PARA MAGISTRATURA



A Anamatra participou como debatedora do seminário Regras de Concurso para Magistratura no painel "Exame Psicológico e Avaliação Social". Promovido pelo CNJ, o seminário reuniu representantes dos diversos tribunais do Brasil para propor resolução, que deverá substituir a de nº 75, editada pelo CNJ em maio de 2009, para regulamentar os concu-

ros públicos para juiz. As alterações do normativo foram propostas por grupo de trabalho presidido pelo então conselheiro Lucio Munhoz, presidente da Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas. A minuta de resolução foi enviada, por ofício, a todos os tribunais e também à Anamatra.

PROVENTOS DOS APOSENTADOS

A Associação ingressou no CSJT com requerimento de ordem cautelar no Pedido de Providências que visa à revisão da Resolução nº 76/2010 do Conselho de forma a garantir a preservação dos proventos dos aposentados na forma das vantagens previstas nas Leis nº 1.711/1952 e 8.112/90. No pedido, a entidade lembrou que as parcelas foram recebidas pelos magistrados de boa-fé com respaldo em decisões do próprio CSJT e do CNJ e não deveriam ser devolvidas até o julgamento final do pedido.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

A Anamatra, a AMB e a Ajufe divulgaram nota pública apresentando manifestação a respeito de proposta do CNJ para regulamentar a participação de magistrados em eventos. No texto, as entidades afirmaram que não houve prévio diálogo com os magistrados para tratar do assunto e que a proposta não foi incluída formalmente em pauta. A Resolução nº170 do CNJ acabou sendo alterada no sentido de não se aplicar às entidades de classe. A Anamatra apresentou memoriais neste sentido.

REUNIÃO COM JUÍZES



Dirigentes da Anamatra reuniram-se com juízes do Trabalho nas Amatras em diversas ocasiões durante o ano de 2013. A iniciativa, que ficou conhecida como “Caravana da Anamatra”, teve como objetivo uma maior proximidade com os associados. Em 2013, a iniciativa percorreu as cidades de Belo Horizonte (MG), Porto Velho (RO), Natal (RN), Maceió (AL), Vitória (ES), Fortaleza (CE), Salvador (BA) e Rio de Janeiro (RJ).



ENCONTROS DAS AMATRAS

Em diversas ocasiões durante o ano, dirigentes da Anamatra participaram de encontros promovidos pelas Amatras nos estados. Entre eles estiveram o 13º Encontro de Magistrados da Justiça do Trabalho da 10ª Região, realizado pela Amatra 10 (DF e TO) em Pirenópolis (GO), o 27º Encontro dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região, promovido pela Amatra 1 (RJ) em Búzios (RJ), e o 29º Encontro Anual da Amatra 2 (SP), ocorrido em Trancoso (BA).



CORRUPÇÃO

A Anamatra participou na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) do seminário “Corrupção: diálogos interdisciplinares”. Promovido pelo Centro Acadêmico de Ciências do Estado e pela própria Faculdade de Direito, o evento teve como objetivo discutir, com uma abordagem acadêmica institucional e da sociedade civil, o problema da corrupção no Brasil, visando à identificação e ao debate de propostas que qualifiquem o seu combate, nos níveis da prevenção e da repressão.



TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO

“Trabalho escravo contemporâneo. Erradicar é possível: perspectivas nacional e internacional” foi tema do 6º Congresso Internacional de Direito do Trabalho, promovido pela Anamatra 21 (RN). A Anamatra prestigiou o evento e participou de mesa redonda sobre a competência penal da Justiça do Trabalho. O Con-

gresso reuniu diversas autoridades, magistrados do Trabalho do Rio Grande do Norte e outros estados, procuradores do Trabalho, advogados e estudantes de Direito e teve como objetivo a rediscussão do tema com a mídia e com a sociedade, deixando-o ainda mais aceso e propenso à reflexão e debates.



MANIFESTAÇÕES SOCIAIS



A Anamatra divulgou nota pública se posicionando em defesa das manifestações sociais pacíficas que aconteceram em todo o Brasil e que abrangeram diversos pleitos, entre eles o do combate à corrupção no país. Na nota, a entidade lembrou o encaminhamento ao Congresso Nacional de sugestão de projeto de lei (SUG 51/2012) aumentando penas nos crimes de corrupção, agravando as penas de prisão para reclusão e caracterizando esses delitos como crimes hediondos (leia mais em "Legislativo"). A Anamatra alertou também para os projetos de lei que regulamentam a terceirização e o Simples Trabalhista e manifestou ainda apoio a projetos que valorizem a celeridade e efetividade das decisões judiciais, bem como a extinção do fator previdenciário.

Ainda sobre as manifestações, a entidade divulgou nota pública expressando preocupação com os episódios de violência, especialmente a policial, que, sob o pretexto de garantir a ordem e a proteção ao patrimônio público e privado, empregou força desnecessária contra manifestantes e jornalistas. Na nota, a entidade ressaltou que criminalizar os movimentos sociais significa obstruir os caminhos para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, tal qual nossa Constituição assegura.

70 ANOS DA CLT NA BAHIA



A Anamatra participou da solenidade comemorativa dos 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no Tribunal Regional do Trabalho da Bahia (TRT-BA). O evento, realizado no Pleno do Tribunal, foi marcado por relatos preocupantes em relação às chamadas "reformas trabalhistas", como o Projeto de Lei nº 4330/04, que regulamenta a terceirização em quase todos os setores da economia brasileira. Visto pela maioria dos participantes como uma "ameaça aos direitos do trabalhador brasileiro", o projeto permite até mesmo a terceirização da atividade-fim nas empresas (leia mais sobre o projeto em "Destques").

PRERROGATIVAS NO MARANHÃO

A entidade esteve presente no seminário “Prerrogativas para quem precisa”, na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) seccional do Maranhão. O evento contou com a participação de diversas entidades representativas da advocacia e também da Magistratura, como a Amatra 16 (MA).

FUNPRESP NA PARAÍBA

A Anamatra também participou do painel “Previdência dos Servidores Públicos”, no 9º Congresso Nacional da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite). O encontro foi realizado em João Pessoa (PB). A Anamatra foi

contrária à criação do fundo e contesta, no Supremo Tribunal Federal, a aprovação da reforma da Previdência, que abriu caminho para a criação de fundos de previdência complementar dos servidores públicos (leia mais sobre o Funpresp em “Judiciário”).

CONGRESSO DA LTR

A Anamatra participou em São Paulo da mesa de abertura do 53º Brasileiro de Direito do Trabalho. O evento foi uma realização da editora LTR e contou com a participação de diversos juristas e magistrados da área trabalhista, entre eles o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) ministro Pedro Paulo Teixeira Manus que fez a conferência de abertura.



RENOVAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO



A entidade esteve presente ao 1º Congresso da Magistratura Laboral de São Paulo, promovido pela Amatra 2 (SP). Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, desembargadores do TRT-2 e juizes falaram, em nove painéis, sobre “A Renovação do Direito do Trabalho e a Efetividade do Poder Judiciário”.

Associativas / De Brasília

UNIÃO ASSOCIATIVA



A Anamatra participou de diversas reuniões da Frente Associativa do Ministério Público e da Magistratura da União (Frentas). Nos encontros, magistrados e membros do Ministério Público discutiram temas de interesse das duas classes, com destaque para projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional que tratam da reposição dos subsídios e de estratégias comuns na luta pelo estabelecimento de uma política remuneratória para as duas carreiras.

Além da atuação da Frente Associativa, a Anamatra e outras entidades mantiveram contato com a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) para discutir pauta de atuação conjunta entre as entidades pela valorização da Magistratura e pelo restabelecimento do Adicional por Tempo de Serviço (ATS).

PARCERIA COM AJUFE



A Anamatra e a Ajufe assinaram acordo de cooperação técnica com o objetivo de fortalecer as parcerias das atividades de interesse comum da Magistratura Federal e do Trabalho. As duas associações se comprometeram a fomentar e desenvolver referidas atividades, mediante comissões mistas ou grupos de trabalho paritários, em temas ou áreas de interesse de ambas, com o intercâmbio de bases de dados e informações, a produção de pareceres ou o desenvolvimento de pesquisas sobre os temas eleitos. O termo de cooperação pretende alcançar, também, a realização de eventos conjuntos reunindo juízes Federais e do Trabalho, bem como a coedição de publicações e programas para a veiculação em diversos tipos de mídia.

17º CONAMAT E 4º ENCONTRO DOS APOSENTADOS

O ano de 2013 foi marcado também pela realização de diversas reuniões e visitas técnicas com vistas à realização do 17º Conamat, que acontece de 29 de abril a 2 de maio de 2014 em Gramado, no Rio Grande do Sul, com o tema “Judiciário e sociedade: um diálogo necessário”. O 17º Conamat será integrado ao 4º Encontro dos Magistrados do Trabalho Aposentados. O regulamento do evento também foi finalizado e divulgado e traz como uma das novidades a possibilidade de entidades da sociedade civil apresentarem teses para serem avaliadas pela Comissão Científica e debatidas no evento.

Além disso, a entidade divulgou edital para a publicação de obra coletiva com o tema “A função revisora dos tribunais”. O lançamento acontecerá no 17º Conamat. O enfoque da nova obra tem como base duas teses aprovadas na Assembleia do 16º Conamat, que ocorreu em João Pessoa (PB) em 2012.



REVISTA TRABALHISTA DIREITO E PROCESSO

A Anamatra publicou no ano de 2013 três edições da Revista Trabalhista Direito e Processo e divulgou três editais. A publicação é um importante veículo crítico de divulgação de ideias na área do Direito do Trabalho e Processual do Trabalho, com ênfase em matérias atinentes à nova competência da Justiça do Trabalho pela Emenda Constitucional nº 45 e aos impactos do Processo Civil no Processo do Trabalho. Também aborda outros ramos do Direito e do conhecimento, desde que guardem relação com o mundo do trabalho e com a atuação da Justiça.



Associativas / De Brasília

NOVOS JUÍZES



Dirigentes da Anamatra receberam no ano de 2013 três turmas de novos juízes que estiveram em Brasília para o Curso de Formação Inicial da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat). Os novos magistrados tiveram a oportunidade de conhecer a sede da entidade e saber mais sobre sua atuação e objetivos.



ASSUNTOS PREVIDENCIÁRIOS

A Comissão de Assuntos Previdenciários (CAP) da Anamatra, cuja constituição estava entre os compromissos programáticos da atual Diretoria da entidade, reuniu-se durante o ano de 2013. Entre os temas debatidos, os magistrados discutiram as inconstitucionalidades da Reforma da Previdência a “quarentena” constitucional de juízes, contribuição de aposentados, entre outros assuntos de interesse da Magistratura.



A Anamatra divulgou nota pública para pedir providências às autoridades competentes em relação à segurança de magistrado que teve sua integridade física ameaçada por um réu em processo trabalhista. A Anamatra também divulgou nota de repúdio à violência contra um juiz, que sofreu um atentado, sendo alvejado por disparo de arma de fogo.

VIOLÊNCIA

CURSO PARA SECRETÁRIAS E ASSESSORIAS



A Anamatra realizou, em sua sede, curso para secretárias e assessorias das 24 Amatras. Foram três turmas de oito profissionais das entidades, que receberam orientações teóricas de uma pedagoga e também fizeram atividades práticas no novo sistema cadastral desenvolvido pela Anamatra.

CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO

O Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, ministro Ives Gandra Filho, compareceu à reunião do Conselho de Representantes da Anamatra. No encontro, a Anamatra sintetizou as ponderações de juízes do Trabalho sobre algumas das recomendações proferidas pelo ministro nas correições realizadas nos Tribunais Regionais do Trabalho em todo o Brasil.

No mesmo dia, o Conselho também recebeu a visita do juiz do Trabalho José Lúcio Munhoz, representante da Justiça do Trabalho de 1º grau no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que terminou o seu mandato no CNJ e agradeceu o apoio da Anamatra durante o período e ressaltou que o papel das associações de magistrados é fundamental para a sociedade.



Associativas / De Brasília



CONVÊNIOS

A Anamatra firmou acordo de cooperação com a Universidade dos Estudos de Roma “Tor Vergata” para viabilizar a participação dos seus associados em cursos de extensão promovidos pela instituição. O primeiro deles teve como tema “O Direito do Trabalho entre Evolução Histórica e Comparação” e ocorreu em outubro de 2013. A segunda edição está prevista para maio de 2014.

CONVENÇÃO 151



A Anamatra participou de seminário para discutir a Convenção 151 da OIT. O evento foi promovido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ratificada pelo Brasil em junho de 2010, a Convenção 151 estabelece diretrizes para a organização sindical dos servidores públicos nas esferas federal, estadual e municipal e a atuação deles no processo de negociação coletiva. A Anamatra foi uma das entidades que apoiou a ratificação da norma aprovada pela OIT em 1978, por meio de ofício ao então presidente da República, Luiz Inácio Lula de Silva, em 2008.

FORMAÇÃO CONTINUADA

Dirigentes da Anamatra estiveram na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados do Trabalho (Enamat), em visita ao seu Diretor, ministro João Oreste Dalazen. Na oportunidade, os magistrados levaram requerimento de democratização do acesso dos juízes do Trabalho aos cursos de formação continuada por meio do credenciamento de congressos, seminários e assembléias, promovidos pelas entidades associativas, para o cômputo das respectivas cargas horárias.

10 ANOS DO MOVIMENTO HUMANOS DIREITOS



O Movimento Humanos Direitos (MHuD) comemorou em dezembro dez anos de existência em solenidades prestigiadas pela Anamatra, que esteve presente em uma mesa de debates, reunindo diversas personalidades ligadas à área de direitos humanos e atores integrantes do Movimento, bem como a entrega do Prêmio João Canuto 2013.

O MhUd tem como objetivo contribuir com a so-

cidade, cooperando com outras organizações já existentes para ampliar a visibilidade sobre os crimes cometidos contra os direitos humanos no Brasil e no mundo. Entre as áreas de atuação prioritárias de atuação do Movimento estão a atuação pela erradicação do trabalho escravo e da exploração sexual infantil e em favor da demarcação das terras indígenas e das áreas dos quilombolas e de ações socioambientais.

65 ANOS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM

A Anamatra manifestou-se sobre os 65 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem comemorados no mês de dezembro. Para a Anamatra, a data deve ser celebrada por toda a Justiça do Trabalho, pois se trata de uma conquista da humanidade, na égide da defesa dos direitos do homem, sem qualquer distinção e que isso é bandeira histórica e estatutária da Anamatra.

O documento foi assinado no dia 10 de dezembro de 1948 por 58 estados membros da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Paris, marcando a história dos Direitos Humanos no mundo. A Declaração é um dos documentos básicos das Nações Unidas e possui 33 artigos, com os direitos fundamentais que todos os cidadãos possuem.



COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO



A 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) decidiu, no mês de dezembro, por unanimidade, que a competência para análise dos pedidos de autorização para o trabalho antes da idade mínima é da Justiça do Trabalho. Tratou-se da primeira manifestação de segunda instância neste sentido no Brasil.

A Anamatra manifestou-se favoravelmente à iniciativa, uma importante vitória e um marco para a construção da jurisprudência. A entidade defende a competência da Justiça do Trabalho para autorização do trabalho infantil, conforme tese aprovada na Plenária no 13º Congresso Nacional de Magistrados da Justiça do Trabalho (Conamat): “A competência para a apreciação do pedido de autorização para o trabalho artístico e do adolescente nas ruas e praças não é mais do Juiz da Infância e do Adolescente e sim do juiz do Trabalho, observada, em regra, a vedação de qualquer trabalho por adolescente com menores de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz a partir dos catorze anos”.

PACTO PELO TRABALHO DECENTE NA COPA



A Anamatra participou na Prefeitura de São Paulo da solenidade de adesão da cidade ao Pacto pelo Trabalho Decente na Copa - movimento de abrangência nacional, elaborado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). São Paulo foi a primeira cidade-sede a aderir ao Pacto, que deve ser levado a todas as cidades-sede da Copa de 2014. Na ocasião, a Anamatra e a Amatra 2 (SP) aderiram ao Pacto.

O Pacto pelo Trabalho Decente na Copa tem como intuito garantir a saúde e a segurança dos trabalhadores que atuam nas obras da Copa de 2014, pugnando também pelo combate ao trabalho escravo e infantil, o tráfico de pessoas e a exploração laboral e sexual.

TRÁFICO DE PESSOAS

A Anamatra participou como eleitora do Comitê do Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Conatrap), cuja lista de dirigentes foi divulgada no final do ano. O órgão, instituído por decreto no início deste ano, vai apoiar a implementação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, bem como fortalecer a Rede Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

REUNIÕES SOBRE DIREITOS HUMANOS

Durante o ano de 2013 a Anamatra esteve presente em diversas reuniões relativas à pasta de Direitos Humanos, como no Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) e na Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Infantil (Conatrae), ambas entidades integradas pela Anamatra. A Associação também esteve presente no lançamento do Fórum Mundial de Direitos Humanos (CNMDH), organizado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, no mês de julho.



DIA MUNDIAL CONTRA O TRABALHO INFANTIL

Cerca de 10,5 milhões de crianças em todo o mundo são trabalhadoras domésticas, muitas vezes submetendo-se a condições perigosas e análogas à escravidão. Os dados foram divulgados no dia 12 de junho pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) no relatório "Erradicar o trabalho infantil no trabalho doméstico". A data marcou o Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil.

A Anamatra manifestou-se na ocasião no sentido de que o Brasil assumiu o compromisso internacional de erradicar a prática por meio da ratificação da Convenção 182 da OIT e do Decreto 6.481 de 2008, que regulamentou os artigos 3º e 4º dessa Convenção e incluiu expressamente o trabalho doméstico dentre essas piores práticas.

A Associação também participou de coletiva de imprensa de lançamento da campanha "Tem criança que nunca pode ser criança", do FNPETI.



DEBATE SOBRE TRABALHO ESCRAVO



A Oficina "Trabalho Decente e a Coletivização do Processo", realizada no mês de maio no auditório do Edifício Sede do TRT-2 (SP), apresentou a magistrados, servidores da Justiça do Trabalho, promotores, fiscais e advogados um panorama do trabalho escravo no País. O ciclo de palestras foi organizado pela Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) e pela Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Ejud 2), em parceria com a Amatra 2 (SP) e a Anamatra, que esteve presente ao evento.

Direitos Humanos

5º SEMINÁRIO SOBRE TRABALHO INFANTOJUVENIL



Mais de 500 pessoas participaram do 5º Seminário Nacional sobre Trabalho Infantojuvenil, organizado pela Amatra 15 (Campinas e Região) em junho no teatro do SESI de São José do Rio Preto (SP). A Anamatra foi uma das entidades co-promotoras do Seminário. Dirigentes da entidade estiveram presentes ao evento, que reuniu magistrados, sindicalistas, juristas, advogados e estudantes.

CICLO DE PALESTRAS



A Anamatra participou, no mês de abril, do ciclo de palestras promovido pela Escola Judicial do TRT da 2ª Região (Ejud-2). O evento integrou as atividades alusivas aos 70 anos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A intervenção da entidade teve como tema trabalho infantil.

INSTITUTO SULAMERICANO

A Anamatra recebeu, no mês de fevereiro, visita de cortesia da coordenadora do escritório regional da América do Sul do Instituto Sulamericano de Direitos Humanos, Soledad García Muñoz, e também do procurador do estado do Ceará César Barros Leal, presidente do Instituto Brasileiros de Direitos Humanos.



JUSTIÇA E CIDADANIA PARA MILHARES DE JOVENS



O Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC) da Anamatra continuou expandindo suas atividades em todo o Brasil durante o ano de 2013 por meio do trabalho das Amatras e parceiros. Entre seminários de capacitação para professores, convênios, parcerias e culminâncias, o Programa, desde a sua implantação, já atingiu mais de 80 mil alunos no Distrito Federal e nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Ceará, Pará, Paraná, Santa Catarina, Paraíba, Campinas e Região, Maranhão, Espírito Santo, Goiás, Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte, Piauí, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Entre as novidades do ano, além da aplicação do Programa em escolas e universidades, o TJC atingiu instituições para menores infratores, egressos em liberdade condicional, instituições que atuam com deficientes visuais e jovens especiais, iniciativas pela erradicação do trabalho infantil, ações do Programa Trabalho Seguro, do Tribunal Superior do Trabalho, desenvolvidas pelos gestores dos TRTs, nas agendas do trabalho decente (OIT), entre outras iniciativas.



Continua próxima página

Justiça e Cidadania para milhares de jovens



8º ENCONTRO NACIONAL DO TJC

Juízes do Trabalho de diversas regiões do país relataram as experiências com a aplicação do TJC, avaliaram os resultados e traçaram metas para o ano de 2014. As atividades fizeram parte do 8º Encontro Nacional do TJC, que aconteceu na sede da Amatra 7 (CE) no mês de novembro. No evento, os magistrados também discutiram assuntos como a adequação das iniciativas nas diretrizes éticas do Programa, regras para obtenção de patrocínios e impressão de cartilhas e as comemorações dos 10 anos do TJC.



BOAS PRÁTICAS

O TJC foi inscrito no banco de boas práticas da plataforma digital “Diálogos sobre o Trabalho Infantil”. O objetivo da plataforma - coordenada pelo Governo brasileiro com o apoio da OIT -, foi criar uma rede de mobilização internacional, além de promover debates com o objetivo de traçar estratégias e linhas de atuação para a erradicação do trabalho infantil no mundo. A plataforma foi o principal canal de contribuição para os debates da 3ª Conferência Global sobre Trabalho Infantil, que aconteceu no mês de outubro em Brasília, com a participação da Anamatra (leia mais em “Destques”).

TJC NA ENAMAT



A três turmas de novos juízes que estiveram em Brasília para o Curso de Formação Inicial da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat) tiveram a oportunidade de conhecer o TJC por meio de apresentação de membros da Comissão Nacional do Programa. Nos encontros, houve exibição do vídeo institucional do TJC, mostrando como a atividade se desenvolve nacionalmente, bem como a distribuição de materiais didáticos utilizados pelo Programa.

REUNIÃO NO RJ



Integrantes da Comissão Nacional do TJC reuniram-se, no mês de julho, na sede da Amatra 1 (RJ), para uma reunião de balanço de atividades e para traçar novas metas. Participaram do evento diversos membros da Comissão, além de dirigentes da Amatra.

VISITAS

O trabalho da Diretoria de Aposentados foi intenso em 2013 com visitas aos associados da Anamatra no Paraná e São Paulo com o objetivo de estar mais próxima dos colegas aposentados e ouvir reivindicações e sugestões. Além disso, a Diretoria se reuniu com autoridades para tratar de assuntos de interesse dos magistrados do Trabalho aposentados, além de ter participado de diversos eventos da Anamatra e audiências no Congresso Nacional.



4º ENCONTRO DOS APOSENTADOS

A Anamatra sediou no mês de outubro o 4º Encontro Nacional de Diretores e Representantes Regionais dos Associados Aposentados. O evento teve como objetivo debater assuntos de interesses dos magistrados do Trabalho aposentados e dar continuidade à iniciativa de inseri-los nas diversas frentes de trabalho mantidas pela Anamatra.

O Encontro desdobrou a pauta levada a debate em encontro anterior, ocorrido no Rio de Janeiro, em 2012. O temário incluiu, dentre outros assuntos, o reajuste dos subsídios e o projeto encaminhado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) ao Congresso Nacional; a Proposta de Emenda Constitucional Nº 555 (PEC 555/2006), que prevê a extinção da contribuição previdenciária das remunerações de aposentados e pensionistas do setor público; e as propostas legislativas que reestabelecem o adicional por tempo de serviço (ATS). Como parte da programação, os magistrados foram recebidos pelo presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Carlos Alberto Reis de Paula, na qual foram discutidos diversos assuntos de interesse dos magistrados aposentados.



Aposentados

REUNIÃO NA AMB



No mês de fevereiro, a Diretoria de Aposentados esteve reunida com dirigentes da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) para tratar de assuntos de interesse dos magistrados aposentados das duas entidades. No encontro, a Anamatra destacou que as associações de magistrados devem unir esforços para lutar pelos direitos e prerrogativas da classe.

SABER VIVER



A Diretoria de Aposentados esteve presente no mês de março, no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT-10), do lançamento do programa "Saber Viver – Pré e Pós-Aposentadoria". A iniciativa tem como objetivo prestar orientações a magistrados e servidores a fim de que a transição para a aposentadoria ocorra de forma tranquila. A ação é parte do projeto estratégico "A Décima é 10", vinculada à Seção de Qualidade de Vida no Trabalho do TRT-10 (DF e TO).

PRÊMIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO E JUSTIÇA



A Anamatra venceu duas categorias do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, edição 2013: Jornal e Publicação Especial. O informativo da entidade – Jornal Anamatra - e a Cartilha do Trabalho Seguro e Saudável foram premiados durante cerimônia realizada em São Paulo (SP). As publicações foram produzidas pelas assessorias de Imprensa e de Comunicação da Anamatra sob a coordenação da Diretoria de Comunicação. A coordenação da produção da Cartilha também teve a participação da Diretoria de Cidadania e Direitos Humanos e da Comissão Nacional do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania.

NA MÍDIA

Durante o ano de 2013, a Anamatra foi destaque em diversos jornais impressos, sites e blogs online, além de revistas de circulação nacional, incluindo artigos, matérias, reportagens, entrevistas, notas em colunas e editoriais, entre outros.

A entidade publicou artigos sobre temas como metas do CNJ, terceirização, Programa Mais Médicos e manifestações sociais em veículos como os jornais O Globo, Folha de S. Paulo e Zero Hora, além da revista eletrônica Consultor Jurídico.



PORTAL E REDES SOCIAIS

Em 2013, a entidade deu continuidade ao aprimoramento de sua comunicação com os públicos interno e externo, por meio do portal da entidade, das redes sociais e do Espaço do Associado. Além disso, foi criado o Informativo da Semana, com resumo das atividades realizadas pela entidade, enviado aos associados semanalmente.



www.anamatra.org.br
www.facebook.com/anamatra
www.twitter.com/anamatra
www.youtube.com/tvanamatra
www.flickr.com/photos/anamatra

